

## O CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA NA EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DOS CENTENÁRIOS DE PORTUGAL

Durante o corrente ano realizaram-se em Portugal, conforme é do domínio público, grandiosas festividades em comemoração à passagem dos centenários da Fundação (1140) e da Restauração (1640) da gloriosa nação portuguesa. A essas celebrações fez-se o Brasil condignamente representar, enviando ao país irmão uma embaixada especial, chefiada pelo General Francisco José Pinto, a qual muito contribuiu para ainda mais estreitar os laços de afeto que unem as duas pátrias.

No programa das comemorações figurava a Exposição do Mundo Português, à qual o nosso governo deliberou prestar a melhor colaboração, construindo um pavilhão com significativos mostruários referentes ao presente e ao passado do Brasil. Para preparar a participação a êsse certame, foi constituída a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, sob a presidência do General Francisco José Pinto, Chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Tratando-se duma demonstração que tinha por fim tornar maior o conhecimento da terra e do povo brasileiros, não podia o Conselho Nacional de Geografia deixar de prestar o seu apoio. Realizados os entendimentos necessários entre o seu Secretário Geral, Eng. Christovam Leite de Castro e o Presidente da referida Comissão, foi organizado o programa dessa colaboração, o qual teve pleno cumprimento.

O programa constou da elaboração de quatro mapas especiais — Físico, Regional, Político e Histórico — do Brasil e da edição da monografia *Geografia Humana do Brasil*, separata da REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA e da autoria do colaborador da Revista, Professor Pierre Deffontaines.

Os mapas elaborados pelo Conselho, atenderam à circunstância de se destinarem a uma exposição comemorativa, e tiveram assim um caráter eminentemente artístico, sem prejuízo do seu rigor científico. Sua organização esteve a cargo da Secção de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, órgão central do Conselho.

Dado o seu caráter artístico, foram os mapas devidamente ilustrados e ornamentados, mas de maneira sóbria, evitando-se o mais possível o uso de côres vivas. Em todos predominou a côr sépia, não só nos traços rigorosamente cartográficos, como nas ornamentações e ilustrações; estas foram executadas a aquarela, mediante o uso de diferentes tons de sépia.

**Mapa físico** O mapa físico teve como objetivo principal representar o relêvo e a hidrografia do país, em largos traços, mas de acôrdo com os mais recentes dados cartográficos coligidos pelo Conselho. Do uso adequado de tons claros e escuros de sépia, resultou bela representação orográfica, que dá uma impressão bastante objetiva da realidade, tomando o mapa o aspecto duma fotografia de estereocarta. Qualquer observador não especialista apreende facilmente a distribuição das grandes cristas montanhosas, e tem noção clara das habituais formas do relêvo brasileiro: grandes planaltos, limitados por escarpas abruptas, sobretudo a sudeste do país.

Merece ser ressaltada a representação da orografia do sul do Brasil, a partir de São Paulo, mostrando claramente as escarpas, os degraus do planalto, que em Paraná e Santa Catarina são em número de três principais. E' interessante notar-se como os rios tributários do *Paraná*, pela margem esquerda, rompem o terceiro degrau, o que à primeira vista causa estranheza: no entanto isto corresponde exatamente à realidade. As grandes linhas de escarpas aparecem aí transversais aos grandes afluentes do *Paraná*, ao passo que na maioria dos mapas didáticos as serras costumam ser representadas paralelamente a êsses rios, êrro êsse resultante da habitual confusão entre serra e divisor de águas. A representação orográfica dessa região foi baseada, neste mapa, nos trabalhos do eminente geólogo Eusébio de Oliveira, grande conhecedor do relêvo do sul do Brasil.

Afim de tornar mais facilmente conhecidos do grande público alguns acidentes notáveis da geografia física brasileira, foram feitas oito ilustrações representando alguns aspectos dêsses acidentes, tôdas executadas a pincel, em diferentes tons de sépia. Cada um dêsses aspectos é definido com breves legendas e recebe um número, que corresponde ao que está marcado no mapa, de modo a ser facilmente localizado. Dessas oito ilustrações, resalta um aspecto da Serra de Cubatão, mostrando parte da baixada de Santos e do planalto pau-

lista; foi baseado numa fotografia aérea extraordinariamente expressiva, pela qual se tem a noção exata da serra como simples paredão, mera encosta do planalto. Tôdas as ilustrações foram baseadas em fotografias bem escolhidas.

### Mapa regional

O mapa regional constitue uma tentativa de sistematização da divisão do Brasil em grandes regiões naturais. Das diversas divisões até hoje apresentadas, é justo salientar a que foi proposta pelo geógrafo patricio, Professor Delgado de Carvalho, e que se acha adotada nos atuais programas de ensino secundário de Geografia. Tal divisão considera, para cada região, o conjunto dos caracteres dominantes, quer físicos, quer humanos. Tratando-se, porém, duma divisão para fins didáticos, preferiu muito acertadamente o Professor Delgado de Carvalho não desmembrar nenhuma das Unidades Federadas do país, fazendo coincidir sempre cada região com grupos de Estados, considerados por inteiro. As regiões, tal como apresentamos no mapa de que ora tratamos, são as mesmas cinco adotadas, abstraindo-se porém das divisas dos Estados e estendendo-se cada uma até onde continua a apresentar os mesmos característicos dominantes.

A região Norte, ou Amazônica, foi estendida, por exemplo, até onde predomina o seu característico principal, que é a presença da grande floresta equatorial, a "Hylaea" de Humboldt. Assim é que abrange o extremo noroeste de Mato Grosso, como também o oeste maranhense, onde a selva se apresenta com a mesma pujança. Já o extremo sul do Pará, a montante das grandes cachoeiras que marcam os últimos degraus do planalto central, foi considerado como pertencente à região Central, domínio dos campos cerrados. A Geografia Humana sanciona também tal delimitação: o noroeste matogrossense, por exemplo, pelas suas fáceis comunicações com o vale do grande rio, pode ser considerado como tipicamente amazônico, quanto ao povoamento, assim como ao gênero de vida dos habitantes, afeitos à indústria extrativa dos produtos da grande floresta. Já o sul do Pará, onde as comunicações com o vale são dificultadas pelas cachoeiras, poucas relações tem com a vida econômica do extremo norte.

Da comparação desse mapa regional com o "Cartograma das cidades do Brasil" (distribuído pelo Conselho Nacional de Geografia na Exposição Nacional dos Mapas Municipais) resulta ainda interessante observação. Examinando-se o "Cartograma", nota-se, ao norte de Mato Grosso e ao sul do Pará e Amazonas, imensa área sem uma cidade sequer, quasi absolutamente deserta. O limite norte dessa grande área aproxima-se bastante da linha que separa as regiões Central e Norte. Tal linha marca aproximadamente o limite do povoamento amazônico, fato evidentemente ligado às dificuldades de comunicação, acima referidas, determinadas pelas cachoeiras que assinalam os últimos degraus do planalto central.

A região Nordeste abrange os Estados considerados tradicionalmente como pertencentes a essa região, e ainda o sudeste piauiense e o norte baiano. O caráter predominante é, como se sabe, a semi-aridez, que repercute na vegetação, na economia e nos gêneros de vida dos habitantes. Estenderam-se assim os limites da região até onde esse caráter se mantém predominante, fato esse fácil de reconhecer-se nos mapas pela indicação da não perenidade dos rios. O norte baiano, por exemplo, constitue justamente a zona mais típica do nordeste, pela sua grande aridez; a descrição dessa zona, o sertão de Canudos, é conhecida por todos como exata amostra da paisagem nordestina, popularizada como ficou pelas imortais páginas dos *Sertões* de Euclides da Cunha. A Geologia estabelece também grande contraste entre tal região e a amazônica; nela, dominam as rochas do Complexo Cristalino Brasileiro e na outra, os terrenos terciários e quaternários; o sudeste piauiense, abrangido pela região nordestina, é o único trecho arqueano desse Estado, caracterizado além disso pela não perenidade dos rios, pela baixa e irregular pluviosidade e pela vegetação xerófila: a caatinga.

A maior parte dos Estados do Piauí e Maranhão constitue uma vasta zona de transição entre a Amazônia e o Nordeste. Tem sido mesmo um dos grandes embaracos para os geógrafos a localização regional desses Estados: uns consideram-nos amazônicos, outros nordestinos. Preferimos encará-los como ampla faixa de transição. Tal zona apresenta mesmo muitos caracteres peculiares, como seja a vegetação com a presença de grandes coqueirais de babacú. Por essa razão o erudito fitogeógrafo A. J. de Sampaio, considera-a uma região à parte, para a qual propõe a denominação de "zona dos Cocais", que êle estende mesmo pelo interior do Brasil, como uma faixa que se vai estreitando, até o centro de Mato Grosso.

A região Este abrange a maior parte dos Estados de Baía e Minas (a leste do rio *São Francisco*), o Espírito Santo, o Rio de Janeiro, o Distrito Federal, e

a parte paulista do vale do *Paraíba do Sul* (a chamada zona "Norte" de São Paulo). Trata-se de uma região bastante complexa, na qual não se pode indicar um único caráter predominante, a ela peculiar. É talvez a menos homogênea das grandes regiões, podendo ser facilmente dividida em regiões menores. Quanto à Geografia Física a divisão se faria em três faixas longitudinais — litoral, serra e planalto — ao passo que quanto à Geografia Humana destacam-se duas sub-divisões, transversais — a meridional, densamente povoada, domínio da lavoura cafeeira mais próspera no século XIX, e com regular desenvolvimento industrial e a septentrional, menos densamente povoada, e bastante relacionada com a região nordestina.

A exclusão da zona norte da Baía já foi justificada ao tratar-se do Nordeste. A parte ocidental de Baía e Minas, além do *São Francisco*, foi reunida à região Central, já pelo aspecto físico — grandes chapadões, em que predominam os cerrados —, já pelo clima — sub-tropical, com duas estações muito bem marcadas (chuva e seca) —, já pela vida econômica, com o predomínio da pecuária. A inclusão da parte paulista do vale do *Paraíba*, justifica-se facilmente; quer pela fisiografia, quer sobretudo pela geografia humana e pela história econômica, representa uma continuação da parte fluminense do mesmo vale.

A região Sul corresponde exatamente à divisão que habitualmente se faz, com a única exclusão da chamada zona "Norte" de São Paulo, acima justificada. Apesar de menos heterogênea do que a região oriental, mesmo assim poderia ser facilmente dividida em sub-regiões distintas, como sejam o planalto paulista, a zona de araucárias e a campanha gaúcha.

Quanto à região Central, a menos conhecida do país, já ficou justificada a sua delimitação ao tratarmos das outras regiões. Apesar de relativamente homogênea, comportaria ainda sub-divisões, como sejam o Pantanal e o Planalto Sul Matogrossense.

Entre duas regiões vizinhas foram sempre admitidas zonas de transição, segundo faixas mais ou menos largas. Além da ampla zona que inclui a maior parte de Maranhão e Piauí, merece ser salientado o vale do *São Francisco*, entre as regiões central e oriental. Convém observar, contudo, que tal faixa não consiste, na realidade, numa transição entre as duas regiões vizinhas, na qual os caracteres de uma se fôssem atenuando enquanto que os da outra fôssem pouco a pouco se tornando mais acentuados. O vale do *São Francisco* é antes um prolongamento da zona do nordeste, não só quanto ao clima, mas, e sobretudo, pela geografia humana: o povoamento, os hábitos e meios de vida dos habitantes são muito relacionados com os do nordeste; o fator que distingue tal estreita faixa, da região nordestina, é a presença de um grande rio perene, tantas vezes já comparado ao *Nilo*. Trata-se, pois, de uma pequena região com características próprias.

Convém notar que o mapa foi organizado com a finalidade de mostrar quais as "Grandes Regiões Naturais" e não tôdas as regiões menores que se poderiam considerar. É óbvio, conforme já salientámos, que essas grandes divisões poderiam ser desmembradas em outras menores. Na Amazônia, por exemplo, o extremo norte, a zona do Rio Branco, com seus grandes campos e com seus rebanhos, difere francamente do conjunto da região; no Nordeste, destaca-se nitidamente a faixa litorânea oriental, do cabo *São Roque* para o Sul, cujas condições são bem diferentes do interior: é a chamada "zona da *Mata*", outrora coberta de florestas da encosta do planalto, sede da grande lavoura de cana de açúcar, e que não sofre o flagelo das secas. O mapa teve por finalidade dividir o país em "Grandes Regiões Naturais", as quais por sua vez poderão ser sub-divididas em "Regiões" menores, e estas em "sub-regiões", para o estudo mais detalhado. O objetivo foi mostrar sinteticamente ao grande público como são diversas as condições geográficas do Brasil e como se distribuem.

Para cada uma das grandes regiões foi organizado um pequeno quadro com os seus caracteres predominantes, distribuídos em seis "itens": relevo, geologia, clima, flora, população, economia. Conforme foi explicado, para cada um desses "itens" foi dado o caráter *predominante*, seja quanto à importância relativa, seja quanto à área em que se manifesta; não se quis assim significar que *tôda a região* participasse de um certo caráter. O problema, bastante difícil de resolver-se, consistiu em tentar definir cada região por um mínimo de palavras. Somente nas regiões menos homogêneas foi preciso considerar-se já uma certa sub-divisão, como por exemplo, foi feito na região leste: "*Flora* — Florestas, no litoral; campos cerrados, no planalto; — *População*: Densidade elevada, ao sul; regular, ao norte".

Muito expressiva é a coleção de nove ilustrações, em aquarela sépia, com aspectos típicos das regiões. Para as regiões menos homogêneas foram necessários dois ou três aspectos concordando com as indicações dos quadros de caracteres predominantes.

**Mapa político** O mapa político, apresenta as características habituais a êsse gênero cartográfico. Conforme foi dito no início dêste comentário, procurou-se evitar qualquer aspecto berrante, utilizando-se unicamente a côr sépia. Mediante uma escolha cuidadosa, evitou-se o acúmulo de topônimos nas regiões mais densamente povoadas, limitando-se as cidades às principais. O critério para essa escolha foi o da importância relativa, levando-se em conta as condições regionais, importância essa avaliada pela população, pela tradição histórica, pelo papel na economia regional, etc. Foi objeto de especial cuidado a fidelidade dos nomes de cidade, e a verificação da sua atual categoria, de acôrdo com as leis gerais quinzenais sôbre a divisão territorial do país, em obediência ao decreto-lei n.º 311, de 2 de Março de 1938.

Os limites internacionais acham-se meticulosamente revistos, de acôrdo com as últimas demarcações realizadas pelas Comissões Mistas. Igual cuidado mereceram as divisas inter-estaduais, das quais muito poucas não se acham ainda perfeitamente definidas.

Acompanha o mapa um quadro estatístico relativo à superfície, à população e à densidade demográfica das Unidades Federadas, e à população das suas capitais, segundo as estimativas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para 31 de Dezembro de 1938.

O mapa político constituiu uma homenagem às duas nações — Portugal e Brasil — nas pessoas dos seus respectivos Chefes de Estado. Aparecem reunidas as duas gloriosas bandeiras, encimadas pelas efígies dos dois Presidentes e pelos escudos nacionais. Tôda a ornamentação apresenta o tom predominante de sépia, com exceção, naturalmente, das duas bandeiras.

**Mapa histórico** O mapa histórico teve por objetivo mostrar em largos traços como se verificou a formação territorial do Brasil, dando o devido relêvo à obra dos desbravadores dos sertões, na época colonial, obra essa que reveste o caráter de grandiosa epopéia, atestado indiscutível da capacidade colonizadora de uma raça. Conforme se lê logo abaixo do título, obedeceu o mapa a um programa determinado, constando das seguintes partes: "Consolidação do domínio português — O bandeirismo e o recuo do meridiano — Formação das fronteiras". A carta perderia tôda a clareza e não atenderia aos seus objetivos se pretendesse fazer uma síntese de tôda a história colonial do Brasil; por isso foi precisamente delimitado o seu programa, tendo em vista pôr em relêvo a obra dos nossos maiores na formação das fronteiras desta grande Pátria. Dentre as fontes que serviram de base a êsse trabalho, merecem ser destacadas as obras magistrais *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial* do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas* de Afonso de Eschagnolle Taunay e *As Fronteiras do Brasil* de F. A. Raja Gabaglia.

O exame atento do mapa permite apreciar as principais fases da história da nossa formação. Em primeiro lugar aparece o célebre meridiano de demarcação, determinado pelo Tratado de Tordesilhas, em expressivo realce, ladeado pelas armas de Portugal e Castela com suas respectivas côres. O Brasil apresenta esta particularidade: ainda antes de descoberto, já tinha seus limites definidos. A localização exata dêsse meridiano constitue, como é sabido, dificuldade invencível, pois o tratado, ao fixar a sua posição em trezentas e setenta léguas a oeste do arquipélago de *Cabo Verde*, não determinava de qual das ilhas se deveria contar essa distância, nem a qual dentre as léguas usuais se referia, nem ainda se tal distância deveria ser contada ao longo do paralelo dessas ilhas, ou ao longo do *Equador*. Por tal motivo teem sido muito diversas as interpretações, variando a posição proposta por vários cartógrafos, desde 42º30' até 49º45' a oeste do meridiano de *Greenwich*. Preferiu-se, assim, adotar a localização mais usual, que é a proposta por Varnhagen; a linha passa, nesse caso, um pouco a oeste de Belém do Pará e da cidade de Laguna, em Santa Catarina, com a longitude aproximada de 48º50' W. de *Greenwich*.

Do meridiano de Tordesilhas para o oriente, acham-se traçadas as divisórias das Capitânicas Hereditárias, primeiro passo para a organização administrativa da colônia. Para cada capitania são dados os nomes dos donatários respectivos, assim como as suas denominações tradicionais. Quanto à primeira parte do programa, "Consolidação do domínio português", é dado especial realce às lutas com os estrangeiros, em suas tentativas de estabelecimento no Brasil; acha-se colorida em róseo a faixa litorânea que corresponde à máxima expansão do domínio holandês; as outras tentativas de estabelecimento, tais como as dos franceses no Maranhão e no Rio de Janeiro, e dos holandeses na Baía, acham-se indicadas com as respectivas datas, em caracteres azues. A marcha

progressiva da colonização pode ser ainda bem avaliada pelas datas de fundação das principais cidades e vilas da época colonial.

A epopéia bandeirante acha-se objetivada no mapa com a inscrição dos nomes dos mais famosos desbravadores de sertões, com a indicação, por meio de pequenas barras em vermelho, dos pontos extremos atingidos por eles, com as respectivas datas. Dentre as diversas atividades dos bandeirantes, deu-se especial atenção àquelas que influíram de modo decisivo na futura delimitação do país, deixando de parte quasi tôdas as que se desenrolaram no centro, com exceção apenas das de Fernão Dias Pais Leme, em Minas e de Bartolomeu Bueno, em Goiás. Pela observação das barras que indicam os pontos extremos, a oeste, atingidos pelos bandeirantes, tem-se já uma idéia das fronteiras atuais do país, em largos traços, obra da atividade daqueles homens de rija têmpera.

A sanção jurídica da obra bandeirante, acha-se representada pelas linhas de fronteiras determinadas pelos Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777) as quais correm juntas em quasi todo o contôrno ocidental, apenas afastando-se no extremo sul. Na região da bacia do *Prata* acha-se colorida em róseo, numa larga mancha, a parte outrora ocupada pelas reduções jesuíticas espanholas, que formavam a província de Vera, em Mato Grosso, e de Guaíra, no atual Paraná, as quais foram destruídas pelos bandeirantes paulistas na primeira fase do bandeirismo, o chamado "ciclo da caça ao índio", no início do século XVII. Mais ao Sul, entre as linhas dos tratados de Madri e de Santo Ildefonso, está figurada, com a mesma convenção, a região conhecida pelo nome de "Os sete povos das Missões", conquistada definitivamente pelos luso-brasileiros, durante a guerra de 1801.

A fixação das nossas fronteiras, resultado da epopéia bandeirante e consagrada pelos tratados, segue-se a admirável obra de prudência que constituiu o seu balizamento pelas fortificações coloniais. Os principais fortes de fronteira acham-se assinalados, com as datas em que foram construídos, desde o Forte de Santa Teresa no extremo sul até o de São Joaquim no rio *Branco*. Tais construções ciclópicas, que hoje nos produzem assombro, dadas as incriveis dificuldades que os seus realizadores tiveram de enfrentar — imensas distâncias a que era necessário transportar os materiais, através de florestas densas, pelos rios frequentemente encachoeirados, sob constante ameaça da parte dos selvicolas — constituem sem contestação a maior prova de capacidade e de valor dos colonizadores lusitanos e seus descendentes. Como homenagem a êsse esforço gigantesco, reproduz o mapa um aspecto do famoso Forte Príncipe da Beira, à margem do *Guaporé*, em plena floresta; tal baluarte, que se achava já completamente abandonado, foi redescoberto aos brasileiros pela Comissão Rondon.

As fortificações principais — São Joaquim, São José de Marabitanas, São Francisco Xavier de Tabatinga, Príncipe da Beira, Nova Coimbra, Nossa Senhora dos Prazeres, São Miguel e Santa Teresa — constituíam os marcos extremos de nossas fronteiras coloniais. A atividade espontânea dos bandeirantes, e a eficiente atuação dos diplomatas, militares e administradores portugueses legaram assim ao Brasil, esboçadas em traços gerais, mas firmemente balizadas, as lindes do seu território. A comparação das linhas antigas com as atuais, também figuradas no mapa, mostra que os estadistas do Brasil independente não desmereceram dos seus maiores e continuaram a sua obra fixadora dos nossos limites. Alexandre de Gusmão, inspirador do memorável tratado de 1750 e o Barão do Rio Branco, o grande chanceler do período republicano, são eles dum longa cadeia de estadistas e demarcadores unidos numa continuidade admirável, seguidores de uma única política, cujos princípios fundamentais permanentes foram sempre o "uti possidetis" e a "boa vizinhança".

Simbolizando a nossa formação, estão representadas no mapa, em tom sépia bastante diluído, as figuras de Pedro Álvares Cabral e de Antônio Raposo Tavares. A imagem de Cabral é reprodução da estátua de Rodolfo Bernardelli erigida no Rio de Janeiro (Largo da Glória) e cuja cópia foi oferecida a Portugal por ocasião dos festejos dos Centenários. Algumas caravelas quinhentistas e uma faixa com a data do descobrimento, completam a alegoria em homenagem aos colonizadores portugueses.

A imagem de Antônio Raposo Tavares, baseou-se na estátua existente no Museu Paulista, da autoria de L. Brizzolara e representa o grande bandeirante em expressiva atitude: no mapa está colocado além do meridiano de Tordesilhas e aparece surgindo da região paulista, visando ao ocidente longínquo. Tal figura simboliza a arrancada bandeirante para o Oeste.

São estas as principais características do mapa histórico, cujos objetivos foram, não só, didáticos mas também uma reafirmação expressiva da grandiosa obra levada a efeito pelos colonizadores lusos e seus descendentes.